



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA MARIANA DAHER FARIA MENEZES

**O COMPROMISSO ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL NO
UNIVERSO CORPORATIVO:**
A NATUREZA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
ONU.

Porto Nacional/TO
2021

MARIA MARIANA DAHER FARIA MENEZES

**O COMPROMISSO ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL NO
UNIVERSO CORPORATIVO:
A NATUREZA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
ONU.**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional. Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Carlos Frederico Pereira da Silva Gama

Porto Nacional/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D129c Daher Faria Menezes, Maria Mariana.

O COMPROMISSO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL NO
UNIVERSO CORPORATIVO: A NATURA E OS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU. / Maria Mariana Daher
Faria Menezes. – Porto Nacional, TO, 2021.

55 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2021.

Orientador: Carlos Frederico Pereira da Silva Gama

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. 2.
Empresa Natura. 3. Sustentabilidade e Universo Corporativo. 4. Meio
Ambiente e Relações Internacionais. I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA MARIANA DAHER FARIA DE MENEZES

O COMPROMISSO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL NO UNIVERSO CORPORATIVO: A NATURA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 09 / 12 / 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Frederico Pereira da Silva Gama, UFT

Profa. Dra. Gleys Ially Ramos, UFT

Prof. Dr. José Pedro Cabrera Cabral, UFT

Porto Nacional/TO
2021

Àqueles que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente o meu orientador Prof. Dr. Carlos Frederico que me acompanhou nessa jornada sempre sendo solícito, competente e profissional desde o início até aqui.

À minha mãe, Margareth Faria, por todos conselhos a distância que fizeram diferença e nortearam meu caminho.

Ao meu pai, Márcio Menezes, por imaginar junto a mim todos os caminhos possíveis que eu posso seguir na vida.

Às minhas avós, Elizabeth de Faria e Dione Daher, mulheres fortes que desde meu nascimento me encorajam a acreditar em mim, a correr atrás e fazer acontecer.

E principalmente a mim mesma por toda coragem, bravura e resistência durante esse período desafiador que foi a minha graduação no Estado do Tocantins. Sou grata e sempre serei.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como a emergência da temática ambiental frente as relações internacionais influencia na modificação da conduta de corporações empresariais, que com o passar dos tempos buscam se desenvolver cada vez mais pela influencia da conscientização de uma sociedade cada vez mais socialmente responsável e ambientalmente crítica diante das políticas e valores corporativistas. Tendo como ponto de partida do presente trabalho a verificação da Empresa Natura e como esta regula seu desenvolvimento e atividade empresarial respeitando seus objetivos e metas a serem cumpridos de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pautados pela Organização das Nações Unidas. Mediante a pesquisa é possível constatar que a Natura está alinhada com os desafios da sociedade e considera em suas ações empresariais os ODS pra sustentar suas políticas corporativas com o com intuito de seguir esse mantra sustentável e agir cada vez mais no intuito de minimizar os danos.

Palavras-chaves: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas; Empresa Natura; Sustentabilidade e Universo Corporativo; Meio Ambiente e Relações Internacionais.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the emergence of environmental issues in international relations influences the change in the conduct of business corporations, which over time seek to develop more and more through the influence of awareness of an increasingly socially responsible society and critical of corporatist policies and values. Having as a starting point of this work the verification of the Natura Company and how it regulates its development and business activity, respecting its objectives and goals to be fulfilled in accordance with the Sustainable Development Objectives (SDGs) guided by the United Nations Organization. Through the research, it is possible to verify that Natura is aligned with society's challenges and considers the SDGs in its corporate actions to support its corporate policies in order to follow this sustainable mantra and act increasingly in order to minimize damage.

Keywords: United Nations Sustainable Development Goals; Natura Company; Sustainability and Corporate Universe; Environment and International Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	24
Figura 2 - 10 Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O primeiro ciclo de metas encerrado	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas técnicas
IPS	Índice de Progresso Social
B3	Bolsa de Valores de São Paulo
CDP	Carbon Disclosure Project
DJSI	Dow Jones Sustainability Index
GAG	Governança Ambiental Global
GEE	Efeito Estufa
GRI	Global Reporting Initiative
ICO2	Índice Carbono Eficiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
Libras	Língua Brasileira de Sinais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIs	Organizações Internacionais
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PcD	Pessoas com Deficiência
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSA	Pagamento por Serviço Ambiental
SER	Supplier Engagement Rating
UN	The United Nations

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MARCO TEÓRICO	15
2.1 A Ascensão da Temática Ambiental nas Relações Internacionais	15
2.2 A Teoria Verde como Abordagem Construtivista das Relações Internacionais	17
3 ESTUDO DE CASO.....	21
3.1 As Organizações Internacionais e a promoção do Desenvolvimento Sustentável	21
3.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas	22
3.3 O Pacto Global da ONU	25
3.4 Teoria Verde, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o grupo Natura	28
4 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO	31
4.1 Práticas Sustentáveis da Empresa Natura	34
4.2 Natura Visão de Sustentabilidade 2050	37
4.3 Relatório Anual de 2020 e ODS	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O avançar do modelo capitalista como sistema econômico, consolidado desde o século XVIII, evidencia um influente consumo fugaz e irresponsável por parte da civilização. Este sistema é um constante motor para a magnitude que atingiu o fenômeno da globalização – que padroniza o modo de vida das sociedades, possibilita a realização de diferentes objetivos, e enfatiza a produção material, com ênfase no consumismo, nas relações cotidianas, com intuito final de produzir lucro. Esse fluxo hegemônico globalizante se multiplica constantemente, nem sempre atendo às consequências de sua considerável amplitude. Os efeitos do consumo em geografias diversas evidenciaram o caráter finito dos recursos naturais e a necessidade de um desenvolvimento de modelos mais sustentáveis e responsáveis. A relação consumista capitalista provoca um ameaçador desequilíbrio ecológico global (ALESSIO, 2004).

De acordo com Milani (2008) em detrimento da expansão sem fim do modo capitalista de produção, a crise ambiental se insere dentro da ordem política atual, conquistando relevância dentre os objetos de estudo das relações internacionais como consequência dos indícios sobre desequilíbrio ambiental, que a comunidade científica evidenciou e que transcendem as fronteiras dos Estados. Sendo assim, a ascensão da tal temática como importância global dispõe os agentes a organizar projetos e ações conjuntas, a fim de minimizar e evitar irresponsabilidades futuras. Tal questão é de caráter e discussão globais, devido à dimensão da natureza ser transnacional – ou seja, a degradação, fenômenos e impactos ecológicos não se limitam às fronteiras políticas estabelecidas entre os Estados.

A sociedade consumidora busca não só a utilidade funcional junto dos benefícios do que se adquire, mas também conteúdo e essência que estes disseminam. O que evidencia uma variação no comportamento do consumidor: este passa a consumir determinada categoria de produtos a partir de seu conteúdo ético – em suas inúmeras. Logo, gerir um desempenho empresarial sustentável, de acordo com premissas sócio-ambientais se torna primordial para a manutenção da imagem empresarial, tendo em vista a concorrência dos fluxos corporativos na direção da ética e a promoção de valores ecologicamente sustentáveis a fim de conquistar a confiança dos consumidores. Diante de tais circunstâncias, há um redirecionamento tendencioso das empresas na adoção do discurso e conduta pautada na sustentabilidade corporativa, considerando “[...] à modificação dos modelos de gestão para além do econômico, adentrando os planos sociais e ambientais, ou seja, o tripé da sustentabilidade” (HERNANDEZ; RABINOVICI, 2015, p. 38).

A conduta sustentável ecologicamente torna-se um poderoso ímã para possíveis investidores que sondam o mercado a fim de capitalizar características que configurem vantagens competitivas na concorrência corporativa. A título de exemplo, a empresa Natura é referência nacional na conciliação da gestão com ações que promovem a sustentabilidade do Meio Ambiente (MANO; COSTA, 2009).

Há também análises de cunho crítico a respeito do discurso de sustentabilidade empregado pelas firmas – por exemplo, pondo de relevo que tais decisões são pautadas somente pela necessidade dos fluxos empresariais (PIRES; FISCHER, 2014). Barbieri (2007) e Carrieri (2003) apontam que temáticas ambientais são imprescindíveis para assegurar um nicho em meio à competitividade das corporações, além de certos fatores como, expansão comercial, pressão de investidores e, redução de riscos influenciarem demasiadamente num maior engajamento destas para com o Meio Ambiente.

O ponto de partida do presente trabalho busca compreender qual foi o impacto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) nas políticas sustentáveis da empresa Natura. Esta empresa apresenta, além de uma postura ambientalmente consciente, uma identidade de responsabilidade ambiental como parte da sua instituição, estratégia e gerência como forma de nortear a totalidade de suas ações promovendo, nos níveis nacional e internacional, a cultura e biodiversidade brasileiras.

Sendo assim, o presente trabalho busca analisar como práticas corporativas se articulam com as premissas dos ODS, formulados com intuito de “erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o Meio Ambiente e enfrentar as mudanças climáticas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018). Ressaltamos que a Natura enveredou por este exercício de sustentabilidade desde sua criação.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho é compreender como a emergência da temática ambiental nas relações internacionais influencia na conduta de corporações empresariais, que com o passar dos tempos se envolvem progressivamente com as ações de sociedades cada vez mais socialmente responsáveis e ambientalmente críticas diante das políticas e valores corporativos. Os objetivos específicos estão voltados para analisar a Empresa Natura e estipular como esta regula seu desenvolvimento e atividade empresarial respeitando seus objetivos e metas de acordo com os ODS.

A metodologia adotada é o estudo de caso com ênfase em dimensões qualitativas, que ulteriormente tem se configurado como um dos métodos mais usuais no âmbito acadêmico, consistindo na seleção de um objeto a ser examinado, investigado a temática dentro de sua conjuntura (YIN, 2001). O presente trabalho adotou como estratégia de pesquisa a análise de documentos e bibliografia referentes ao caso escolhido – incluindo o relatório anual da Natura, fazendo referência a entrevistas com membros da empresa, bem como documentos oficiais da ONU e da Natura, além de dados a respeito da empresa, bem como trabalhos científicos e materiais de marketing, os quais permitem descrever e compreender a relação entre a empresa em questão e a ONU.

A respeito da divisão do trabalho, no capítulo teórico serão contextualizados a emergência da temática ambiental nas relações internacionais e a Teoria Verde como abordagem construtivista das Relações Internacionais, que dá voz a preocupações correlacionadas aos novos movimentos sociais críticos da política e das estruturas sociais dominantes em que o Meio Ambiente se insere. Este

capítulo é, portanto, uma forma de evidenciar a atenção conferida aos debates sobre Meio Ambiente na conjuntura das relações internacionais, analisado pelos prismas da Teoria Verde e da Teoria Construtivista, que enfatizam questões epistemológicas e na importância da dimensão sócio cognitiva para sua abordagem.

O capítulo seguinte, por sua vez, abordará as Organizações Internacionais e a promoção do Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na ONU e nos ODS, analisando a trajetória de práticas emergentes que articulam as OIs e as empresas para a promoção da sustentabilidade. O capítulo também aborda a Agenda 2030 e o Pacto Global, principal canal da ONU com o setor privado.

A seguir, o trabalho se debruça sobre o estudo de caso, a Natura, analisando a empresa adepta de um fluxo sustentável em suas atividades. Procura-se analisar, através do que foi apontado no capítulo anterior, as atividades da empresa no ano de 2020 em consonância com os princípios dos ODS. Além de caracterização da empresa como um exemplo de como as empresas podem mobilizar a biodiversidade brasileira, o capítulo analisar o histórico da Natura pautado na responsabilidade ambiental, abordagem de sua estratégia de marketing, políticas de negócio pautadas na responsabilidade ambiental e no desenvolvimento responsável para construção de um possível futuro sustentável diante de um mercado consumidor mais atento e exigente.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 A Ascensão da Temática Ambiental nas Relações Internacionais

A atenção conferida aos debates sobre Meio Ambiente que se verifica desde as décadas passadas não é surpreendente. A confluência de mudanças climáticas, catástrofes ambientais, aquecimento global, elevação do nível do mar, escassez de alimentos, degradação dos recursos hídricos e extinção das espécies em geografias diversas se tornou mais visível nos dias atuais, nos quais todas as conjunturas são afetadas, direta ou indiretamente, pelo desgaste ambiental progressivo.

A questão ambiental conquistou amplitude dentre os primordiais objetos de exame no panorama das Relações Internacionais como consequência dos indícios sobre desequilíbrio ambiental que a comunidade científica evidenciou e que transcendem as fronteiras dos Estados-Nações. A ascensão global dessa temática dispõe os atores a organizar projetos e ações conjuntas, a fim de minimizar e evitar irresponsabilidades futuras. Tal questão é de caráter e discussão global, devido à dimensão da Natureza ser transnacional, tendo em vista que impactos ambientais não se limitam às fronteiras políticas estabelecidas entre os Estados.

Em relação à disciplina de Relações Internacionais (RI), problemas ambientais nunca haviam sido o cerne do debate até recentemente. Tal disciplina tradicionalmente concentrava seus debates em questões de segurança nacional, sobrevivência e poder, conhecidos como *high politics*, tal qual analisa todas as questões vitais para a própria sobrevivência do Estado.

No entanto, a intensa problemática ambiental transnacional dos anos 70 em diante evidenciou o advento de um subcampo das RI dedicado à cooperação ambiental internacional, que se orientava majoritariamente na condução dos recursos finitos. Desde essa época, a temática ambiental foi repercutida ligeiramente. A problemática de um Meio Ambiente exclusivamente global se articulou com noções de interdependência, revelando a importância de uma gestão conjunta da crise ambiental. Segundo Barros-Plataiu, Varella e Schleicher (2004), a conjuntura de tal crise perpassa as fronteiras territoriais dos Estados-Nações e requer a ação coletiva dos atores das demais esferas internacionais.

Historicamente, o desmatamento e proteção do Meio Ambiente eram assuntos da competência das legislações nacionais, o que se refletiu na busca dos Estados por uma soberania duradoura sobre seus respectivos recursos naturais. Todavia, a despeito dos interesses e soberanias nacionais, o Meio Ambiente se tornou um assunto discutido em termos de cooperação internacional e política global. Nesse sentido, passa a tangenciar tradicionais temáticas geopolíticas envolvendo assuntos militares e de segurança, bem como questões econômicas e sociais.

Políticas de proteção ambiental que transpassam fronteiras nacionais demandam a cooperação dos mais diversos atores para uma condução efetiva. Sendo essencial uma gestão ambiental em nível

global, é fundamental compreender as negociações que emergem da gestão conjunta da preservação ambiental. Dentre outros fatores, a evolução industrial, científica e tecnológica na Modernidade influenciou a degradação ecológica ambiental. Até o século XX, o Meio Ambiente era representado como assunto de interesse interno, diante de políticas dos Estados, e externo, perante a sociedade internacional, o que instituiu o fomento de conferências internacionais. A formalização da emergência ambiental como uma questão global se deu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972. Esta representou uma tentativa inicial de integrar direitos humanos e o Meio Ambiente nas discussões políticas na agenda dos estados, alertando o mundo sobre a nocividade que a deterioração do Meio Ambiente poderia suscitar à humanidade (Jones, Lacerda & Silva, 2005).

Tal iniciativa evidenciou a inserção da temática de qualidade ambiental em discussões e agendas políticas dos Estados-Nações, passando a ser reconhecido como um direito imprescindível para o incremento da qualidade da vida humana na Terra. De acordo com Machado (2005), a Conferência de Estocolmo simbolizou uma virada na maneira de pensar um mundo diferente, com ênfase nas noções emergentes da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável em consonância com o desenvolvimento econômico (que viriam a ser conceituados posteriormente). Por fim, a Conferência instigou mudanças no pensamento sobre crescimento econômico. O movimento ambientalista, os protetores dos recursos finitos e outros críticos das estruturas dominantes passaram a conceber esse desenvolvimento econômico a partir do desenvolvimento sustentável.

Realizou-se no ano de 1992, no Rio de Janeiro, com projeção global, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que evidenciou o desenvolvimento sustentável inserido nas atividades econômicas, sociais e ambientais, pautando-se como novidade. Tal tem por significado um desenvolvimento que auxilia as necessidades dos seres humanos do presente, não comprometendo a virtude das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. Esse princípio também abordou as premissas de negociações internacionais voltadas para o Meio Ambiente, proporcionando mediações estratégicas aos estados-nações envolvidos para amenizar os efeitos da crise ecológica num contexto nacional e internacional.

A Conferência de 1992 evidenciou-se como um marco na tentativa de alteração da estrutura conceitual da temática ambiental. Além disso, também é reconhecida como episódio significativo do consenso internacional sobre os princípios ambientais internacionais, marcando um ponto de inflexão. A partir de 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável se tornou referência para as políticas públicas relacionadas com o Meio Ambiente e houve crescente empenho em sua aplicação.

Por fim, o incremento inédito da preocupação internacional com o Meio Ambiente, a constante inquietude de se instituir harmonia entre a proteção ambiental e desenvolvimento econômico e de sugerir novas configurações de cooperação internacional, evidencia uma expansão

das Organizações Não-Governamentais (ONG's) e dos partidos políticos verdes. A influência desses atores nacionais e transnacionais em temáticas que tangem o Meio Ambiente conferem ao Ambientalismo o caráter de nova tendência de oposição e crítica à política e às estruturas dominantes (Le Prestre, 2000).

2.2 A Teoria Verde como Abordagem Construtivista das Relações Internacionais

A Teoria Verde surgiu no final da década de 1980 para dar voz a preocupações correlacionadas aos novos movimentos sociais críticos da política e das estruturas sociais dominantes em que o Meio Ambiente se insere. Por influência de teorias liberais e socialistas, de teorias para a paz e do feminismo, a Teoria Verde assume uma perspectiva normativa das Relações Internacionais, numa abordagem que enfatiza a democracia, a justiça, os direitos, a cidadania, e o Meio Ambiente. A atuação da Teoria Verde em relação à seara da Economia Política é voltada para o entendimento de relações estruturais entre o Meio Ambiente, o Estado e a Economia. Além disso, a Teoria Verde propõe o desenvolvimento sustentável como prioridade para o desenvolvimento internacional, um dos problemas de ação coletiva mais complexos e desafiadores enfrentados pela comunidade internacional atualmente. Ao contrário de ameaças militares (deliberadas, discretas, específicas e que requerem uma resposta imediata), os desafios ambientais são tipicamente não intencionais, difusos, transfronteiriços, operam em escalas de tempo longas, envolvendo uma ampla gama de atores, o que demanda negociação e cooperação meticulosa entre a diversas partes interessadas.

Na primeira onda da Teoria Verde, buscou-se evidenciar a irracionalidade ecológica perante aos recursos finitos das instituições sociais centrais, a citar o fluxo econômico (Mercado) e o Estado. Exalta-se aqui como alternativa uma sociedade baseada na democracia e nas comunidades ambientalmente sustentáveis. A segunda onda sugere repensar de maneira crítica conceitos políticos dominantes diante das problemáticas ambientais em vigor. Ademais, explora o vínculo entre justiça ambiental e democracia ambiental, tornando-a mais transnacional e cosmopolita diante de sua orientação. A premissa básica da Teoria Verde é reduzir os riscos ambientais em áreas globais, e evitar externar tais ameaças para terceiros inocentes, por meio do deslocamento injusto, mediado através do tempo e espaço (Eckersley, 1992).

Em relação ao arcabouço teórico de economia da Teoria Verde, evidencia-se que, embora os mecanismos do fluxo econômico sejam capazes de possibilitar o fornecimento de uma alocação eficiente de recursos, tais não garantem uma distribuição justa de riqueza e renda em relação às necessidades humanas presentes, nem garantem que a escala do fluxo da economia opere dentro da capacidade ecológica de suporte dos ecossistemas, sem comprometer as gerações futuras. Tais abordagens estão além da capacidade dos fluxos econômicos tradicionais e devem ser discutidos no

âmbito político, por meio de educação ambiental, cooperação comunitária, contestação e negociação social, regulamentação estadual e cooperação internacional. No entanto, existem concepções dentro do arcabouço da Teoria Verde indagando se as economias capitalistas, os estados ou o sistema político estatal são de fato capazes de se tornar ecologicamente atuantes no grau necessário para evitar uma degradação ambiental significativa e contínua (Eckersley, 1992).

Os teóricos da Teoria Verde rejeitam as abordagens fragmentadas de resolução de problemas que falham em abordar estruturas sociais e econômicas da dominação, em contraste com os Realistas, que normalmente descartam o problema como periférico no jogo da política internacional, a menos que se comprove que as consequências da crise ambiental afetam diretamente a segurança do Estado-Nação no Sistema Internacional. Também discordam dos Neoliberais, que na qual são inclinados a oferecer propostas para ajuste de estruturas a fim de incentivar e induzir a cooperação interestadual para a causa ambiental.

Ao questionar o legado iluminista, a Teoria Verde destaca custos ecológicos, sociais e psicológicos do processo de Modernização. Critica a relação cada vez mais instrumental da Humanidade com a Natureza, juntamente com a subjugação de povos indígenas e formas tradicionais de agricultura. Por influência da teoria crítica, a Teoria Verde enfatiza o papel dos agentes na transformação de estruturas sociais, neste caso, para promover justiça ambiental e sustentabilidade. No que tange ao fluxo de intervenções tecnológicas na natureza, afirma que são custosas ao âmbitos sociais e ecológicos, portanto, defende uma abordagem mais cautelosa e crítica para a avaliação de novas propostas de desenvolvimento, novas tecnologias e práticas de avaliação de risco em geral.

A Teoria Verde se define como veementemente oposta às principais abordagens racionalistas das Relações Internacionais, tais como o Neorrealismo e o Neoliberalismo. Nesse sentido, o presente trabalho adotará como perspectiva teórica a Teoria Verde em articulação com perspectivas construtivistas das Relações Internacionais, enfatizando novas dimensões de normatividade social. Se enfatiza na Teoria Verde a sustentabilidade como prioridade para o desenvolvimento internacional, um dos problemas de ação, conduta e prática coletiva mais complexos e desafiadores encarados pela comunidade internacional atualmente, podendo-se observar que a construção de novos interesses e identidades reflete no indivíduo uma mudança na sua conduta diante de tal conjuntura ambiental. Ou seja, os cidadãos, dessa maneira, *se transformam sobre seus interesses coletivos*, modificando assim, continuamente, as conjunturas nas quais estão inseridos, revelando a criação e manutenção de novas extensões sociais.

Abordagens construtivista nas Relações Internacionais propõem um caráter reflexivo na análise da sociedade, uma dimensão que se intensificou a partir do anos 1980, inserida em uma conjuntura de acentuadas discussões racionalistas entre os neorrealistas e os neoliberais (Jackson e Sorensen, 2013; Reus-Smit, 2005). Na compreensão dos atores, fenômenos e fluxos das Relações

Internacionais, o Construtivismo questiona teorias consolidadas nas Relações Internacionais. Nesse sentido, a principal contribuição do Construtivismo seria proporcionar uma alternativa às abordagens neorrealistas e neoliberais, bem como às abordagens pós-modernas, de teoria crítica e feministas.

Segundo Jackson e Sorensen (2007) as abordagens construtivistas nas Relações Internacionais se baseiam em quatro princípios. O primeiro refere-se às relações humanas, que constituem-se substancialmente por reflexões e ideias. O segundo trata das ideias e o que for delas originado, considerado habitual a todos as pessoas. O terceiro foca em como são configuradas as relações entre as pessoas através da estruturação de ideias que constituem seus interesses e particularidades. O quarto aborda as vias pelas quais as relações humanas se estruturam por meio de instituições sociais. Wendt (1992) aponta que as instituições sociais fundamentam-se numa teia de identidades e interesses. São instituições, por assim dizer, cognitivas. Identidades e cognição são construídas conjuntamente. Identidades, por serem construídas em conjunto, são desenvolvidas a partir dos interesses dos atores ou indivíduos que nele atuam. Os interesses manifestam-se conforme as conjunturas ocorridas. Frequentemente, ao se deparar com novas circunstâncias, atores ou indivíduos precisam arquitetar novos interesses. Deste modo, uma construção social se estabelece entre atores, instituições e circunstâncias. Interesses e identidades são decorrências de construções sociais oriundas de interpretações e noções coletivas sobre o mundo (Adler, 1999). Nesse sentido, seres humanos estabelecem relações entre si mediadas por reflexões e ideias. Reflexões, ideias e relações constituem os seres humanos, fazendo com que venham a ser o resultado de suas práticas.

Ao abordar as relações sociais nesses moldes, o Construtivismo se afasta da visão racionalista do Estado no fluxo das relações internacionais, enfatizando diferentes conjuntos de agentes e estruturas, evidenciando instituições e indivíduos para além do Estado. Atores e indivíduos engajados na preservação do Meio Ambiente são agentes transformadores nas Relações Internacionais.

A partir da perspectiva construtivista articulada com a Teoria Verde, o presente trabalho identifica a construção social do Meio Ambiente como uma dimensão social fundamental para a cooperação internacional, mobilizando identidades, interesses e práticas coletivas para solucionar problemas emergentes em âmbito global, evidenciando que abordagens sustentáveis vão além da seara da economia, devendo ser discutidas também na esfera política, através do estudo sobre temática ambiental, colaboração comunitária, contestações e negociações sociais, regulamentação estadual e cooperação dos atores inseridos no sistema internacional.

Segundo Wendt (1992), *é uma identidade coletiva que constitui as estruturas que organizam as ações dos agentes sociais orientados por interesses ou preferências*. Enfatiza-se então, que a Teoria Verde aborda e estuda as estruturas sociais e econômicas a fim de identificar construções sociais existentes e suas manutenções, levando em conta a identidade conjunta, interesses em comum e a

ação coletiva que se inserem para a estruturação da solução de problemas existentes diante da conjuntura local existente.

Cita-se um desenvolvimento de uma identidade coletiva do arcabouço da Teoria Verde, a existência e consciência sobre o Meio Ambiente como uma entidade dotada de valor e perpetuável no tempo, embora este seja finito na conjuntura presente. Não deve-se decifrá-lo apenas como recursos que precisam ser preservados para garantir o bem estar do ser humano. Pelo contrário, a abordagem defendida é de que deve-se garantir segurança, cooperação e legitimidade para geração existente e para as futuras, e não exclusivamente para satisfação humana através do consumo insustentável da geração presente, a fim de amenizar as implicações ambientais existentes para a conjuntura futura.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 As Organizações Internacionais e a promoção do Desenvolvimento Sustentável

A preocupação pública e científica com o impacto avassalador das atividades humanas para com a natureza ganhou proeminência no século XX com a multiplicação de um fenômeno organizacional, os organismos internacionais, a citar as Organizações Internacionais Governamentais (OIGs) e Organizações Não-Governamentais (ONGs). De acordo com Seitenfus (2000), organismos internacionais são organizações de cunho voluntário, compostas por Estados e elaboradas mediante um tratado. Objetivam promover interesses em comum através da cooperação contínua e duradoura entre seus membros. As organizações internacionais, desde sua origem, ocupam uma posição de esperança, com o propósito de unir diferentes Estados e diferentes ações na busca de objetivos próprios e singulares, na expectativa de aprimorar as relações humanas.

Quando comparadas entre si, as organizações internacionais, são destituídas de uniformidade, pelo fato de serem elaboradas com propósitos os mais diversos. São constituídas por diferentes números de Estados membros, em localizações geográficas diversas e com variados orçamentos. A estruturação das organizações internacionais não é uniforme, todavia é comum evidenciarem em sua constituição órgãos fundamentais, tais como a Assembleia-Geral (concebida por representações de todos os Estados membros, na qual cada membro possui direito de fala e de voto, além de se reunir ocasionalmente) e a Secretaria, corpo de administração permanente que representa a deliberação conjunta dos membros da organização. Além destes, cada organização internacional apresenta, em sua composição, outros órgãos particulares, criados em consonância com a finalidade almejada.

Em razão da preocupação internacional pelo agravamento de problemas com o Meio Ambiente, derivados do avanço das economias globais, a temática ambiental se tornou objeto de negociações internacionais, principalmente na seara da ONU.

A ONU, criada no ano de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, é uma organização internacional criada com o propósito original de manutenção da paz entre as nações. É uma organização intergovernamental que objetiva a preservação da paz, o fomento de uma solução pacífica para conflitos de caráter econômico, social, cultural e humanitário, estimulando o cumprimento de respeito aos direitos humanos, e postula uma cooperação científica, cultural e econômica entre seus componentes. Em suma, apresenta uma disposição universal contando com, atualmente, 193 estados membros.

A ONU evidenciou em seu âmago o interesse no fomento da cooperação funcional no sistema internacional. Conforme destacam Herz e Hoffman (2004), tal cooperação, além de facilitar a solução

de problemas específicos das organizações do mundo, é condicionante para a manutenção da paz. Nesse sentido, o Meio Ambiente é uma das temáticas especializadas dentro do Sistema da ONU.

O papel essencial na proteção ambiental desenvolvido por parte das ONU foi instituído pela Assembleia Geral no ano de 1972, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), órgão primordial para governança da problemática ambiental global (Ivanova, 2005). O PNUMA tem por objetivo a promoção da cooperação internacional em questões ambientais, articulando políticas e diretrizes ambientais apropriadamente globais, através de uma administração das políticas ambientais adotadas pela ONU. Ademais, é concedido ao PNUMA o caráter de cerne das negociações de governança ambiental global, no seio do qual se delibera a agenda global ambiental, promovendo a efetivação da temática ambiental a respeito do desenvolvimento sustentável dentro do Sistema da ONU, servindo (ao menos em teoria) como uma espécie de defensoria global do Meio Ambiente. De acordo com Passetti (2013), o PNUMA conecta a preservação do Meio Ambiente com a continuidade do desenvolvimento humano, pautando a preservação da vida por meio do comprometimento com a sustentabilidade, ao encorajar os Estados os indivíduos a aprimorar sua qualidade de vida sem afetar as próximas gerações. A promoção da qualidade de vida humana seria o principal desígnio a ser alcançado pelo órgão.

3.2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas

O sistema internacional atual é assolado pela depredação ambiental, desequilíbrios climáticos, *pressões bélicas* e uma expansão ligeira da população. Tais conjunturas são decorrências das explícitas governanças e gerências gananciosas e equivocadas, cometidas tanto por entidades públicas quanto por privadas. Com intuito de possibilitar um modelo de desenvolvimento equilibrado, a fim de minimizar tais conjunções, de modo a sincronizar e conservar os recursos ambientais para gerações atuais e futuras, os estados-membros da ONU, no ano de 2015 durante a Cúpula das Nações Unidas, adotaram uma nova política global, a Agenda 2030, plano de ação global para mudar o mundo até o ano de 2030, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com 169 metas (PLATAFORMA AGENDA 2030).

A Agenda 2030 é um plano de ação para os indivíduos, para o planeta e para a prosperidade das gerações. Além de buscar fortalecer a paz ao redor do globo, reconhece que o maior desafio global é a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, sendo identificada também como um requisito imprescindível para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Além da Agenda 2030, a ONU lançou os ODS, integrados, indivisíveis, que mesclam de maneira equilibrada práticas nas três dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável, econômica, social e ambiental, já que a sustentabilidade consiste propriamente na

conjunção dessas três dimensões. Os ODS incluem metas e medidas a serem desenvolvidas para lograr esses objetivos (ONU, 2017):

Figura 1 - Símbolo dos 17 ODS da ONU

ODS 1	Erradicação da pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares;
ODS 2	Erradicação da fome, alcançando a segurança alimentar, melhorando a nutrição e promovendo a agricultura sustentável;
ODS 3	Garantia no acesso à saúde de qualidade e promoção do bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4	Garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
ODS 5	Alcance da igualdade de gênero e capacitação de todas as mulheres;
ODS 6	Garantia de disponibilidade e de gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;
ODS 7	Garantia do acesso a fontes de energia sustentáveis e limpas para todos;
ODS 8	Promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, do emprego pleno e produtivo e, do trabalho digno para todos;
ODS 9	Construção de infraestruturas de porte, promovendo a industrialização inclusiva e sustentável e fomentando a inovação;
ODS 10	Redução das desigualdades no interior dos países e entre países;
ODS 11	Transformação de cidades e comunidades inclusivas, seguras, e sustentáveis;
ODS 12	Garantia de padrões de consumo e de produção sustentáveis;
ODS 13	Adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos;
ODS 14	Conservação e uso de forma sustentável os oceanos, mares e os para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15	Proteção, restauração com intuito de promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerindo de forma sustentável as florestas, combatendo a desertificação, revertendo a degradação dos solos e minimizando a perda de biodiversidade;
ODS 16	Promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso à justiça para todos e construindo instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis;
ODS 17	Reforço dos meios de implementação e revitalizar a parceria global desenvolvimento sustentável (MNE, 2017).



Fonte: ONU, 2020.

Os ODS, permeados com orientações políticas nos planos local, nacional e internacional, evidenciam ao máximo a conjuntura de sustentabilidade, de modo a consolidar um esforço em conjunto, de estados, corporações, instituições e civis para um pleno desenvolvimento sustentável, com vistas ao equilíbrio duradouro entre a geração atual, futura e o Meio Ambiente.

São 17 objetivos ambiciosos e interligados abordando os principais desafios de desenvolvimento encarados pelo mundo. Os ODS são uma súplica internacional para lograr o fim da pobreza, a proteção do Meio Ambiente e do clima e garantias que indivíduos, em todos os lugares e conjunturas, possam usufruir suas vidas com paz e prosperidade. Assim sendo, criou-se um caminho para o desenvolvimento sustentável, com uma dedicação conjunta que tem por finalidade o desenvolvimento e colaboração global, podendo resultar em enormes ganhos para todas as nações.

A despeito de ser um discurso global homogêneo, não deve-se interpretá-lo como um processo uniforme que designe um caminho propício para o alcance dos objetivos ou que determine padrões de modelos e políticas. Contrariamente, este discurso deve ser aproveitado para auxílio no entendimento dos problemas e conjunturas locais. Com intuito de promover uma colaboração sustentável e resistente, os ODS constituem um *modo* de transformar o mundo, objetivos ambiciosos para promoção do desenvolvimento sustentável universal (Jones, Wynn, Hillier, & Comfort, 2017).

Seguindo esse direcionamento para um futuro diferente, pauta-se a colaboração entre governanças locais, corporações privadas e sociedade civil como indispensável para o alcance de tais objetivos, junto da construção de um futuro exitoso. Comportamentos conscientes baseados no respeito, no bem-estar, no desenvolvimento, na equidade, justiça, ética e moral transformam as ações do dia-a-dia em um engajamento para um mundo melhor e uma sociedade equilibrada, harmoniosa e solidária (United Nations, 2018).

As transformações requeridos pelos ODS convocam condutas exemplares por parte da seara econômica, levando em conta que a atual sistematização econômica não resulta somente na insustentabilidade climatológica e ambiental, mas devastam recursos naturais fundamentais para a sobrevivência dos indivíduos e fomentam injustiças sociais (Mindt & Rieckmann, 2017). Os ODS aspiram auxiliar as economias na incorporação de metas e processos sustentáveis, visando o alcance do desenvolvimento sustentável. Dentre as 169 metas, apontamos a que intenta “incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios” (ONU BRASIL, 2015). A ONU recorre a todas as governanças para que desenvolvam estratégias nacionais para se alcançar os ODS, mas além de governos, apela e salienta que organizações empresariais têm papel predominante na conquista destes objetivos (Jones et al., 2017).

Diante das premissas da Agenda 2030, as corporações podem recorrer aos ODS como uma referência internacional para adaptar, administrar, informar e noticiar os seus planejamentos estratégicos, objetivos pautados e ações executadas, bem como o fortalecimento de vínculos com entes interessados. As instituições corporativas que nivelam seus planejamentos com os ODS consolidam sua imagem com a preferência dos consumidores e com o compromisso dos funcionários e de outras partes interessadas, e aquelas que não os incorporam são expostas aos riscos de instância legal e de reputação (SDG Compass, 2017).

Alcançar os 17 ODS da ONU implica impactos ambientais, sociais e econômicas que estão correlacionados. Intencionar tais metas de sustentabilidade junto com a estratégia das interações corporativas, auxilia nas escolhas e maneiras de políticas hábeis e eficientes (Singh et al., 2018). As corporações podem aproveitar estas interações para criar valor para suas marcas e manifestar uma visão consciente e responsável ao público num longo prazo.

3.3 O Pacto Global da ONU

O Pacto Global é o principal canal da ONU com o setor privado, e comporta a missão de aderir as organizações corporativas para a Agenda 2030. Ou seja, o órgão que é integrado ao Pacto Global, também apresenta a responsabilidade de colaborar para o alcance dos ODS.

O Pacto Global foi lançado no ano de 2000 por Kofi Annan, o então secretário-geral das Nações Unidas, objetivando uma mobilização do setor corporativo internacional para adoção, em suas operações e estratégias de negócios, de contribuições para enfrentar os desafios atuais, de princípios essenciais e internacionalmente adotados nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, sumarizados em 10 princípios. O setor corporativo tem uma função de suma importância nessa conjuntura de desenvolvimento como poderoso detentor econômico,

impulsionador de inovações tecnológicas e influenciador dos mais diversos públicos – governanças, produtores, parceiros e consumidores. Os 10 princípios baseados nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção são:

Figura 2 – 10 Princípios do Pacto Global da ONU

1	As corporações devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
2	Asseverar-se de sua não participação em violações de tais direitos;
3	As corporações devem amparar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação conjunta;
4	A anulação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5	A eliminação efetiva do trabalho infantil;
6	Eliminar a discriminação no emprego;
7	As corporações devem auxiliar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8	Desenvolver iniciativas para promoção de responsabilidade ambiental;
9	Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis;
10	As corporações devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina (PACTO GLOBAL, 2018).



Fonte: IBREI, 2017.

O Pacto Global requer que as corporações incorporem estes princípios em suas atividades principais, adotando projetos e programas empresariais que ampliem os ODS da ONU. O objetivo

cerne é instituir um compromisso das lideranças corporativas na estruturação das bases sociais e ambientais de uma nova economia, em prol da população internacional.

O Pacto Global é, hoje, a maior iniciativa de sustentabilidade empresarial do mundo, com mais de 16 mil membros, entre corporações e organizações, divididos em 69 redes locais, que abrangem 160 nações. As corporações que são inseridas ao Pacto Global se comprometem a acatar tais princípios no cotidiano de suas operações e estratégias (PACTO GLOBAL, 2018).

No que concerne ao Brasil, existe a Rede Brasil, criada no ano 2003, respondendo diretamente à sede do Pacto Global, em Nova York e incumbida da superintendência do Conselho das Redes Locais na América Latina. As iniciativas dirigidas no Brasil são desenvolvidos por meio das Plataformas de Ação (Ação pela Água, Ação pelo Agro Sustentável, Ação pelos Direitos Humanos, Ação pelo Clima, Ação contra a Corrupção, Ação pelos ODS e Ação para Comunicar e Engajar) e dos Programas Internacionais. Atualmente estão em curso 40 iniciativas, que contam com o envolvimento de centenas de corporações, agências da ONU e agências governamentais. A Rede Brasil tem como propósito converter processos e estratégias empresariais a favor do desenvolvimento sustentável, com uma *visão 2030* de ser a rede empresarial de referência na abrangência dos ODS pelo país, com a missão de impulsionar corporações e organizações a integrar os ODS nas suas ações e planejamentos empresariais (Ibid.). Em suma, a Rede Brasil é uma plataforma que une o setor corporativo para agir com base nos ODS, tanto no desenvolvimento de modelos e projetos de negócios quanto na efetivação de planejamentos em parceria. Tal Rede estimula o setor corporativo brasileiro a atuar linear às práticas sustentáveis, colaborando para conduzir os principais desafios atuais, como as mudanças climáticas, desigualdade social e a corrupção (Ibid.).

Deve-se evidenciar que o Pacto Global não é um mecanismo regulatório que gera obrigações comportamentais de políticas e práticas gerenciais das corporações, e sim uma disposição voluntária, visando à criação de uma cidadania empresarial, que fornece orientações e diretrizes para a promover e viabilizar o crescimento do desenvolvimento sustentável, através de lideranças corporativas comprometidas, responsáveis e inovadoras. Entretanto, se espera que entes empresariais promovam de forma bem-sucedida mudanças e transformações em suas operações, de maneira que o Pacto Global e seus princípios façam parte de suas estratégias, cultura institucional e ações diárias. A organização ou corporação que alia-se ao Pacto Global compromete-se voluntariamente em implantar os dez princípios em suas operações cotidianas e incumbir-se com transparência de seus atos à sociedade, a respeito dos progressos adquiridos no processo de adesão a tais princípios.

Existe um comprometimento progressivamente maior das corporações brasileiras em torno da temática do desenvolvimento sustentável. Atualmente diversas empresas atuantes no Brasil detêm áreas estruturadas para projetos e estratégias com base na sustentabilidade, os quais minimizam implicações ambientais das atividades executadas, uso dos produtos e serviços na sociedade e no

planeta. Existem iniciativas maduras e consistentes, que incorporam o desenvolvimento sustentável em sua lógica corporativa para além de mínimas ações para atender a necessidades imediatas.

O estudo de caso proposto no presente trabalho aborda uma empresa brasileira que se notabilizou pelo investimento em ações de desenvolvimento sustentável: a *Natura Cosméticos*. Exploraremos o caso a seguir, partindo da Teoria Verde e dos ODS.

3.4 Teoria Verde, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o grupo Natura

Tal qual o Liberalismo e o Socialismo, a Teoria Verde tem um viés normativo, um ramo focado nas questões de Justiça, Direitos Humanos, Democracia e Meio Ambiente, bem como um ramo que contribui nas RI auxiliando a revisar as relações entre Estado, Economia e Meio Ambiente.

A Teoria Verde oferece uma exposição alternativa do mundo, mas não apenas, apresenta também uma lógica singular para compreender esse mundo e como os indivíduos podem agir para mudá-lo. Da perspectiva da Teoria Verde, o Estado e o Mercado são melhor julgados como mecanismos para auxiliar modos compartilhados de organização econômica e política e modos de vida. Ou seja, do ponto de vista da Teoria Verde, deve-se julgar, avaliar e pensar sobre o Estado e o Mercado (modos de organização econômica, regulações democráticas do Estado e relações estado-cidadão) em relação às suas contribuições para assegurar que a vida política, econômica e cultural seja organizada para a sociedade civil e que seja organizada no nível da sociedade civil (Barry, 2001).

Para além do Estado, a Teoria Verde afirma que agentes de Mercado intentam, conseguem lucrar e se beneficiar da continuação da insustentabilidade existente – ainda que o efeito de longo prazo da devastação ambiental lhes seja imensamente prejudicial. Estes, pois, devem urgentemente desenvolver uma concepção viável de desenvolvimento sustentável para guiar a sociedade civil com políticas, práticas e estratégias associadas a um progresso sustentável. O exercício da responsabilidade social empresarial está relacionado à noção de sustentabilidade, que tem por designio equilibrar as searas econômica, ambiental e social na criação de um panorama adequado à constância e à expansão das atividades empresariais no presente e no futuro. A responsabilidade social corporativa passou a ser considerada um componente de suma importância para o *continuum* dos fluxos de negócios e para constituir relações positivas entre as corporações.

Para caracterizar uma corporação pautada numa vantagem competitiva face aos concorrentes através de uma postura ambientalmente consciente, esse trabalho abordará a empresa *Natura Cosméticos*. A empresa assumiu uma identidade de responsabilidade ambiental como parte da sua instituição, estratégia e gerência, qual seja, como forma de nortear a totalidade de suas ações, promovendo, nos âmbitos nacional e internacional, a cultura e a biodiversidade brasileira.

A Natura Cosméticos S.A. é uma empresa nacional que possui atuação no setor de produtos de bens de consumo, direcionada para cosméticos, essências aromáticas e higiene pessoal. Foi fundada no ano de 1969, em São Paulo. Sendo impulsionada desde o seu início por ações e políticas de inclusão e proteção socioambiental, é pioneira em desenvolvimento sustentável no setor empresarial brasileiro; na publicação de relatórios utilizando o método *Global Reporting Initiative* (GRI) (SANTOS, 2010); na incorporação ao Pacto Global; e ao ser listada na Revisa Exame entre as 100 corporações mais sustentáveis do mundo no ano de 2016 (Barbosa, 2016).

Na década de 1980, amplificou seus negócios para países latinoamericanos e foi a primeira empresa brasileira a lançar produtos com refil. Na década de 1990, incorpora a biodiversidade brasileira e o desenvolvimento sustentável na base de sua estratégia. A partir dos anos 2000, passou a ser uma empresa de capital aberto, aderiu ao fim dos testes de cosméticos em animais, firmou um compromisso com a redução da emissão de CO₂. Ademais, expandiu suas transações comerciais com a aquisição de concorrentes internacionais, que a tornam uma marca global (NATURA, 2019; BBC, 2019). Atualmente constitui o grupo econômico Natura & CO. Depois de ampliar a cadeia de produtos e o relações com clientes por meio de suas consultoras, a empresa incorporou no ano de 2012 a marca australiana de cosméticos Aesop, em 2017 a marca inglesa The Body Shop e, recentemente, em 2020 a marca nacional Avon.

O modelo de negócios da Natura concentra-se em insumos que lhe proporcionam diferenciais de mercado. Tal modelo – concentrado em estimular valor para a empresa e possíveis investidores, utilizando a inovação como base estratégica, seja nos meios de venda ou na composição dos produtos – fornece à Natura uma posição singular no mercado. Exemplos disso são a formulação dos produtos da empresa priorizando a composição 80% de origem vegetal, a apuração de fornecedores em concordância com critérios socioambientais e a criação e desenvolvimento de embalagens por meio da reciclagem de insumos. A empresa, por meio do seu planejamento de marketing, consegue difundir no seu público a importância da proteção da natureza e como a biodiversidade brasileira pode contribuir para a produção de cosméticos de qualidade e de forma sustentável. Por sua preocupação socioambiental, a Natura responsabiliza-se pela criação de parcerias com produtores rurais, a fim de possibilitar uma exploração sustentável e o manejo responsável dos recursos naturais brasileiros. Ademais, impacta positivamente no aumento de renda média das consultoras da sua rede e na redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE), o que lhe granjeou reconhecimento internacional associado à ética e sustentabilidade em toda sua configuração (NATURA, 2020).

Vilha e Carvalho (2005) enfatizam que o modelo de negócios da Natura procura fomentar a sustentabilidade, além de ser assegurada a conservação ambiental no que tange ao emprego de matérias-primas. Os mesmos constatam que a empresa pode ser singularizada por assegurar a conservação econômica e social nas comunidades na qual são extraídos e manuseados os ativos que

serão manipulados na produção. De acordo com Matos et al. (2011), a Natura dispõe de uma política de sustentabilidade na sua gestão empresarial, possibilitando um equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental, vinculado à marca e suas ações corporativas.

No capítulo a seguir, analisaremos os efeitos da incorporação de práticas recomendadas pela ONU – os ODS – e adesão a mecanismos institucionais do Sistema da ONU – como o Pacto Global – sobre a estratégia empresarial do grupo Natura, concretizada em seu Relatório Anual do ano 2020. Com vistas a responder à pergunta de pesquisa “*Qual é influência dos ODS nas políticas sustentáveis da empresa brasileira Natura?*”, o presente trabalho adota como hipótese da pesquisa que *a Natura mobiliza os ODS pra sustentar suas políticas corporativas com o com intuito de seguir esse mantra sustentável e agir cada vez mais no intuito de minimizar os danos ao Meio Ambiente.*

4 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

A prática corporativa de responsabilidade socioambiental evidencia a importância do desenvolvimento sustentável. Corporações responsáveis pelo uso dos recursos naturais alinham estruturas para responder a adversidades ambientais, possibilitando a promoção de políticas corporativas focadas no desenvolvimento sustentável não apenas das corporações, mas também abrangendo todo o entorno social no qual atuam.

Corporações investem cada vez mais em inovação a fim de causar os menores impactos possíveis no Meio Ambiente, não apenas por preocupação com matérias-primas utilizadas nos processos, mas também pelo status que auferem ao atuar em prol do Meio Ambiente em questões tais como a Mudança Climática, capacitando seus funcionários com consciência e educação ambientais e desenvolvendo produtos compatíveis com essa perspectiva. Por conseguinte, a marca será admirada e almejada por indivíduos que enfatizam a preservação ambiental em suas ações e em seu entorno social. Quanto aos acionistas, o resultado se evidenciará a longo prazo, já que fomentos econômicos em inovação e sustentabilidade estimulam vantagem competitiva na escala dos mercados globais. Investimentos em um entorno social qualificam as comunidades, que podem fornecer consumidores em potencial. Ao empenhar-se na preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a corporação assegura a relevância de seus negócios num contexto de competição. Quanto aos ODS, estes dependem da execução e cooperação de todos que intervêm em prol do desenvolvimento sustentável, incluindo as empresas. Nesta circunstância, torna-se primordial o estudo das práticas corporativas referentes à sustentabilidade, pois as corporações detêm de um conhecimento vasto em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e métodos inovadores de governança para viabilizar uma economia sustentável (UNGC, GRI, WBCSD, 2015).

De acordo com Ricardo, Barcelos e Bortolon (2017) um relatório de sustentabilidade tem como objetivo constatar, calcular e divulgar a conduta social, econômica e ambiental das corporações. Tais relatórios e similares colaboram para o que a empresa deseja evidenciar a seus consumidores. Segundo Borges Júnior (2019), a divulgação desse tipo de exposição favorece a empresa quanto à transparência de suas ações e informações socioambientais, possibilitando assim a imagem positiva do entorno social sobre as práticas da corporação.

Apesar de um relatório de sustentabilidade não ter a mesma importância que as demais evidências financeiras para uma empresa, sua apresentação se torna progressivamente mais relevante. Embora haja custos adicionais à empresa para propagar informações de cunho ético e sustentável, a atenção e a responsabilidade demonstrada por uma empresa ao divulgar essas informações frente às ações que realiza, manifestam e afirmam a responsabilidade corporativa com a natureza e com o público, tanto interno quanto externo.

Nesse cenário, a Natura se destaca por ter sido uma das primeiras corporações no Brasil a elaborar Relatórios de Sustentabilidade, além de ter sido pioneira na adoção da metodologia GRI. A mesma foi uma das empresas brasileiras que deram início à adaptação de um modelo de negócio vinculado com o conceito de sustentabilidade. Como exemplo desse processo, podemos citar o lançamento da linha *Natura Ekos* no ano de 2000; tal propôs um vínculo entre a alta tecnologia e matérias-primas nacionais desenvolvidas em conjunto com comunidades originárias do país.

A conduta sustentável ecologicamente torna-se engajada frente a possíveis investidores que sondam o mercado a fim de capitalizar características que componham vantagens competitivas diante da concorrência. A Natura é referencial nacional no que diz respeito a conciliar gestão e operação atribuído à sustentabilidade ambiental. Quanto ao desenvolvimento dos produtos, a empresa mobiliza conexões sociais a fim de integrar ciência e saberes de comunidades originárias, promovendo, num mesmo fluxo de atividade, práticas sustentáveis enraizadas na biodiversidade nacional.

Em relação à emergência do “novo consumidor” consciente diante da complexidade ecológica de caráter transnacional, a *Natura* busca no desenvolvimento de seus produtos implementar premissas e ideais vinculadas a seus valores empresariais, evidenciando ao consumidor final um posicionamento responsável perante a sociedade. No que tange à identidade da empresa, destacamos que é mantida uma definição coerente com propósitos ambientais perante o público. Ao agregar simbolismo ecologicamente sustentável a seus produtos, a Natura busca promover sua imagem para a sociedade. Elementos como transparência diante das ações empresariais, coesão no que expõe e na maneira de ação corporativa, credibilidade perante o consumidor e valores pautados na premissa de cunho ambiental são potenciais que agregam na reputação e na diferenciação dentre as firmas. Segundo Roome (1992) a empresa pode ser considerada em sua tipologia como cooperativa empresarial de “liderança comercial e ambiental” ou “liderança avançada”. A empresa integral um seletorol de congêneres brasileiras partícipes do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) nos relatórios anuais de sustentabilidade, além de evidenciar os fluxos financeiros das ações nestes.

Recentemente, a *Natura* foi uma ganhadora do prêmio UN *Global Action Award*, concedida pela ONU no ano de 2019. Tal prêmio é considerado o de maior importância no que tange às mudanças climáticas do mundo. Tal premiação está inserida na categoria *Climate Neutral Now*, que põe em pauta o reconhecimento dos esforços de indivíduos, empresas e governos que buscam e obtêm resultados legítimos na transição para o equilíbrio climático. O gerente de sustentabilidade Keyvan Macedo detalha a trajetória da Natura rumo ao prêmio:

“O prêmio reconhece uma jornada que a Natura tomou a decisão de trilhar, há mais de uma década, de se tornar uma empresa carbono neutro. O reconhecimento tem o poder de inspirar a adoção de ações também por

outras empresas para que, no futuro, a emissão de carbono na atmosfera seja zero” (NATURA, 2019).

Em 2020, a *Natura* também foi a campeã da 6ª edição do Prêmio Valor Inovação Brasil, o qual avalia práticas de inovação de empresas de diferentes setores da economia. Ademais, a *Natura* criou o Programa de Certificação de Fornecedores de Produtos Florestais em questão com as regiões de reserva em que atua, a fim de assegurar que a extração destes recursos seja socialmente e ambientalmente correta. Estes são extraídos pautados em etapas, as quais incluem: vistoria da região originária dos ativos, planejamento de condução e controle da atividade, análise de possíveis impactos no meio social e ambiental, aquisição de certificações e monitorização regular. Em relação às atividades sustentáveis, a mesma desenvolveu uma Diretoria da Sustentabilidade, com caráter de certificar-se de operações baseadas na ética ambiental diante das comunidades extrativistas.

A sustentada imagem de sustentabilidade ambiental que admite é fruto de reconhecimentos conquistados em forma de premiações, títulos e certificações internacionais. A título de exemplos, em 2017 foi evidenciada como empresa mais sustentável do Brasil pelo Guia Exame Sustentabilidade; colocação em 14ª posição na “*The Global 100*”, relacionado às 100 empresas com as melhores práticas corporativas de sustentabilidade do mundo; a concessão pela ONG internacional *Cruety Free* do selo “*The Leaping Bunny*” em que certifica corporações que não compactuam com qualquer teste em animais no fluxo de produção; e a prestigiada premiação da ONU *Campeões da Terra* no ano de 2015, na seção Visão Empresarial. Tais conquistas influenciam no favorecimento de uma imagem favorável da empresa tanto no meio empresarial quanto junto a investidores e consumidores finais.

Tendo isso em vista, a *Natura* também colabora de forma significativa para o cumprimento dos ODS, formulados com intuito de “erradicar a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o Meio Ambiente e enfrentar as mudanças climáticas” (ONU BRASIL, 2018). O compromisso da empresa com os ODS é considerado uma contribuição para a Governança Ambiental Global (GAG), visto que a *Natura* atua em consonância com a ONU por meio do Pacto Global.

Diante do dinamismo da *Natura*, compreende-se o surgimento de uma parceria entre atores públicos e privados, associando diversos setores do âmbito social para uma atuação, nos níveis global e regional, em torno da resolução dos problemas ambientais de caráter internacional (ANDRADE, 2009). A empresa apresenta como característica priorizar os fundamentos da sustentabilidade – incluindo adesão a todos os 17 ODS em suas operações e atividades diárias. Por conseguinte, é renomada como uma das empresas com maior envolvimento nas questões relacionadas com o Meio Ambiente, a qualidade de seus produtos, sustentabilidade e inovação, além de sua responsabilidade

com o desenvolvimento sustentável das comunidades onde põe em prática sua atividade empresarial.

4.1 Práticas Sustentáveis da Empresa Natura

Para compreender e evidenciar qual é influência dos ODS nas políticas sustentáveis da Empresa Natura, o presente trabalho analisou o Relatório Anual da Empresa Natura do ano de 2020, a fim de expor conteúdos gerais e específicos a respeito de práticas sustentáveis referentes às operações nos 10 países em que a companhia atua – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, Malásia, México e Peru (RELATÓRIO ANUAL NATURA, 2020).

Inicialmente, podemos salientar iniciativas de cunho socioambiental que foram desenvolvidos pela Natura, a qual visa ser uma marca de relevância mundial, reconhecida pela comunidade das pessoas que têm compromisso com a elaboração de um mundo melhor mediante uma relação em equilíbrio consigo mesmas, com o próximo, com a natureza da qual estão inseridas, e com o todo (Ibid.).

Um marco dessas iniciativas é a *Visão de Sustentabilidade 2030*, que foi intitulada de *Compromisso com a Vida*; esta acatou o compromisso de causar impacto positivo e estabeleceu os desafios globais centrais que serão enfrentados pela Natura, sendo eles o desequilíbrio climático, a proteção da região amazônica, a proteção dos direitos humanos e o fomento à economia circular e à regeneração (Ibid.).

Tendo esses elementos em vista, foi desenvolvido um plano de ação imediato, que assumiu metas ambiciosas para a próxima década, com importantes impulsos para ação em face do aquecimento global, extinção da biodiversidade, especialmente na Amazônia, e o aumento da desigualdade social. Correspondendo a este plano, a Natura se compromete com propor alternativas para novos modelos de formulação e embalagens, de acordo com regeneração e circularidade. Observa-se que a empresa admite a necessidade de um aperfeiçoamento em suas práticas corporativas, e evidencia a ambição de aprimorar capacidades de diálogo e cooperação, fortalecendo parcerias que suscitem transformações positivas nas realidades globais.

A fim de se tornar uma empresa propiciadora de impacto positivo, e este sendo um guia da sua estratégia, o modelo de negócios pauta-se em três causas: *Amazônia Viva*; *Mais Beleza*, *Menos Lixo*; e *Cada Pessoa Importa*. Tais iniciativas se articulam com o modelo de negócio e com marcas e produtos da empresa, com intuito de contribuir com movimentos emergentes na sociedade e na agenda pública.

Segundo o Relatório Anual de 2020, estas causas são estabelecidas pelas decisões dos temas prioritários em que se pretende evidenciar uma mudança na sociedade a partir do modelo de negócios Natura, mobilizando suas redes, bem como entes governamentais e cidadãos para mitigar problemas socioambientais. Essa perspectiva tem por objetivo tornar a Natura uma empresa que possibilita o equilíbrio, fazendo o possível para mitigar todos os efeitos das suas operações, viabilizar a regeneração

e impactar de maneira positiva a si mesma, a sua rede de relações e a sociedade e o Meio Ambiente. A decisão das causas reconheceu, sobretudo, a agenda de desafios globais, em especial os ODS, evidenciando que a empresa está a par e nivelada com os desafios atuais globais.

O presente trabalho considera que a Natura mobilizou os ODS pra sustentar suas políticas corporativas, com o intuito de seguir esse mantra sustentável e agir cada vez mais no objetivo de minimizar danos ao Meio Ambiente.

No que tange ao modo de atuação das empresas, ao adotar referências globais para gerar mudanças em suas práticas na direção da sustentabilidade ambiental, compreende-se os eixos a seguir:

- a) Ações estruturantes: projetos e ações que visam gerar inovação e particularidade em produtos e serviços. O *Programa Natura Amazônia*, pelo estímulo da economia da floresta em pé e o Programa Natura Ekos, com as cadeias de reciclagem, são exemplos desta frente;
- b) Mobilização – envolvimento e capacitação dos civis para influenciar movimentos mais amplos no âmbito social;
- c) *Advocacy* – estímulo de temáticas relacionadas às ações estruturantes que asseguram os compromissos para além do negócio, evidenciando organizações da sociedade civil e o poder público (Ibid.).

No que se refere às causas, a *Amazônia Viva* é reflexo da longa relação que a Natura apresenta com a maior floresta tropical do planeta, com os povos originários que ali habitam e com o comprometimento com o fomento da bioeconomia, fundamentado na conservação da floresta em pé. A partir do saber, junto à estratégia de gestão desta causa, definiu-se um modelo de governança e um plano estratégico da empresa para a região amazônica, configurado de maneira colaborativa com suas redes de relacionamento e investimento (Ibid.).

Ao tratar do desempenho desta causa até o ano de 2020, evidenciado no Relatório Anual analisado, evidencia-se que não foi alcançado 100% do que se almejava em relação aos ativos da sociobiodiversidade, ou seja, insumos amazônicos, e ao relacionamento com as famílias, sendo estas fornecedoras que integram o ecossistema da Natura (Ibid.).

Em relação à causa Mais Beleza, Menos Lixo, inaugurada em 2019, esta se baseia no lema de oferecer o máximo, usando o mínimo e reduzindo excessos. A mesma reitera a preocupação da Natura quanto aos resíduos e seu arranjo após o uso. A contribuição da empresa à causa compreende anular o desperdício, diminuir o uso de materiais, coletar mais resíduos do que se gera e efetivar parcerias

públicas e privadas para fomentar o fluxo de reciclagem e auxiliar na organização do pagamento por serviço ambiental (PSA) às cooperativas de catadores, demonstrando reconhecimento da sua contribuição à proteção ambiental. Intenta-se, a partir do modelo de negócios, amenizar o impacto ambiental e criar valor positivo à sociedade, neste caso fomentando a renda de cooperativas de reciclagem e elaborando novas estratégias e benefícios para as consultoras natura (Ibid.).

Até o ano de 2020, contactou-se que houve avanço na implementação de materiais reciclados após o consumo, na reutilização de embalagens e na logística reversa de resíduos. O Relatório reforça o compromisso da Natura de encerrar o ciclo em um sistema de alta circularidade e fomentar o uso sustentável de materiais e ativos da biodiversidade, renováveis e biodegradáveis (Ibid.).

Quanta à causa *Cada Pessoa Importa*, é enfatizado que cada colaborador da Natura é importante. Tal iniciativa tem por objetivo diminuir a desigualdade e a intolerância, e promover inclusão social com ações verdadeiramente transformadoras. Com a nova conjuntura evidenciada pela pandemia do Covid-19, a empresa enfatizou a *Cultura e o Jeito de Ser e Fazer* da Natura. Ao longo do ano de 2020, os colaboradores interagiram de maneira inovadora, a fim de criar soluções disruptivas e fortalecer a ação em conjunto. Além disso, foram reforçados procedimentos de comunicação para buscar compreender as reais necessidades dos colaboradores nesse período e garantir uma jornada de trabalho positiva a todos, que conteve a doação de kits ergonômicos, meditação virtual e atendimento psicológico, além de outras medidas (Ibid.).

No que concerne ao desempenho desta causa, verificou-se que os principais avanços até o ano de 2020 no pilar *Gênero* incluiu a promoção de rodas de diálogo com colaboradoras, que discursaram sobre abordagens de autocuidado e autoestima, equilíbrio emocional e formas de comunicação não-violenta, além do desenvolvimento de materiais de apoio com dicas para o trabalho remoto e atividades para serem realizadas com os filhos em casa durante o período pandêmico, além do oferecimento de atendimento psicológico (Ibid.).

Em relação ao desempenho desta causa no pilar *Pessoas com Deficiência* (PcD), contactou-se que a Natura encerrou no ano de 2020 com aproximadamente 2,5 mil cadastrados em sua plataforma. Aos colaboradores que já atuam na Natura, foram oferecidos workshops sobre autoconhecimento, inteligência emocional e relacional e protagonismo profissional. Também foram realizados workshops com os gestores destes colaboradores para incentivar a cultura inclusiva no cotidiano da empresa. Além disso, foi disponibilizado conteúdo informativo a os colaboradores, tendo como intuito conscientizá-los de maneira ampla sobre o temática. No que tange à acessibilidade, foi ampliado a ferramenta de tradução simultânea de *Libras* (Língua Brasileira de Sinais) para garantir que mais colaboradores passem a utilizá-la nos diferentes momentos de socialização com colaboradores surdos (Ibid.).

No que se refere à performance desta causa no pilar *Inclusão Étnico-Racial*, a Natura adotou novamente a estratégia do Programa de Estágio com direcionamento para jovens universitários

autodeclarados negros. No ano de 2019, a empresa contratou mais de 50% de jovens com esse perfil e, já em 2020, esse dado aumentou para 60% (Ibid.).

Desta forma, fica evidente a incorporação de desafios por parte da Natura em defesa da Amazônia, a agenda climática, a rotatividade de materiais, modelos regeneradores, geração de renda digna para consultores e comunidades originárias nas cadeias de distribuição da sociobiodiversidade da região amazônica e de reciclagem e ampliação da diversidade e inclusão (Ibid.).

4.2 Natura Visão de Sustentabilidade 2050

A *Visão de Sustentabilidade 2050* ou *Visão 2050* foi lançada no ano de 2014, adotando diretrizes estratégicas de comprometimento para desenvolver a Natura como empresa impulsionadora de impacto positivo, fornecendo valor para toda a sua rede de relacionamento e investimento, em todos os negócios, marcas e geografias que se encontra presente por meio de produtos, serviços e canais de distribuição.

O ano de 2020 foi notado pelo término do primeiro ciclo de ambições da Visão de Sustentabilidade 2050, um intervalo de mudanças necessárias com abordagem de temáticas como diversidade e inclusão, geração de valor para as consultoras, fomento da bioeconomia através da relação com comunidades fornecedoras e do aumento do uso de ativos originários da região amazônica, e avanços relevantes em relação a desenvolvimento e logística de cadeias de reciclagem e uso de materiais reciclados e recicláveis. O desafio relacionado às emissões de carbono persiste mas, de acordo com o Relatório Anual de 2020, a Natura se compromete em persistir na agenda do clima, sendo ambiciosa ao almejar alcançar emissões líquidas zero até o ano de 2030 (RELATÓRIO ANUAL NATURA, 2020).

No que tange ao conceito de impulsionadora de impacto positivo, considerando que a Natura deve tornar a sociedade e o planeta melhores a partir dos seus negócios, este está estreitamente vinculado ao princípio da reestruturação, ou seja, de renovação de ecossistemas, sociedades e da própria economia. Tal princípio inspirou o lançamento da Visão 2050, com a ambição de gerar impacto positivo, ou seja, a existência de uma empresa que deve fomentar impacto positivo a agendas e setores da sociedade civil, promover a responsabilidade com as ações que abrangem a Amazônia, o incentivo à rotatividade dos sistemas diminuindo o uso de recursos naturais e proporcionando a regeneração, a geração de renda para consultoras, a inclusão social e a promoção do Bem Estar Bem a todos que integram a rede de relações da empresa (Ibid.).

A *Razão de Ser* da Natura é originar e comercializar produtos e serviços que proporcionem o bem-estar/estar bem, mantra da empresa. Sendo o bem-estar a relação harmônica, afetuosa, do ser consigo mesmo, com seu corpo. E estar bem é a relação de sintonia, agradável, acolhedora, do ser com o próximo, com a natureza da qual faz parte, com o todo. Nessa concepção, a empresa Natura participa

de um fluxo dinâmico de relações. Sua premissa e sua longevidade estão baseados na sua virtude de colaborar para a evolução da sociedade e seu desenvolvimento sustentável (Ibid.).

4.3 Relatório Anual de 2020 e ODS

Com o objetivo de analisar o conteúdo que foi disponibilizado pela empresa Natura Relatório Anual de 2020 divulgado, foi desenvolvido uma análise qualitativa que está evidenciado na Tabela 1. Assim, foi observado como a empresa respondeu aos indicadores de sustentabilidade que concerne aos ODS frente a suas ambições 2020.

Quadro 1 - O primeiro ciclo de metas encerrado

Ambição 2020	Evoluções alcançadas	ODS	Índice
Divulgação da pegada socioambiental dos produtos.	Para os consumidores, parte do impacto é relatado no site e no aplicativo da Natura no momento da compra. A completa divulgação do impacto ambiental e social está sendo aprimorada para comunicação mais assertiva.	12	50%
30% de insumos da Pan-Amazônia, em valor de compra (Natura Brasil).	Foram atingidos apenas 16,5%.	3, 12, 15	55%
10% de material reciclado pós-consumo em embalagens (Natura Brasil).	Foram atingidos 10%. Avanços significativos em vidro e plástico reciclado. Resultado mantido mesmo diante dos efeitos da pandemia na cadeia de reciclagem.	3, 11, 12	100%
10 mil famílias nas cadeias produtivas da Pan-Amazônia.	Alcançadas apenas 7.039 famílias.	1, 10, 15	70%
R\$ 1 bilhão em negócios na Pan-Amazônia.	Alcançados R\$ 2,14 bi Meta superada em 2017.	1, 6, 10, 12, 15	100%
Reduzir em 33% a emissão relativa de GEE (Gás de Efeito Estufa).	Resultado de -11% de emissão relativa de GEE.	13, 17	33%

Manter 100% de compensação de emissões de GEE.	Foram atingidos 100%.	6, 13, 15, 17	100%
Estratégia de diversificação de fontes de energia renovável (Natura Brasil).	Política integrada que inclui eficiência energética e energias renováveis.	13	100%
Coletar e reciclar 50% dos resíduos gerados pelos produtos (Natura Brasil).	Foram atingidos 50%.	11, 12, 14, 15	100%
Estratégia de redução e neutralização de impacto baseada na pegada hídrica, em toda a cadeia (Natura Brasil).	Realização de ações relacionadas ao consumo nas operações e o desenvolvimento da metodologia da pegada hídrica.	6	33%
Definir tópicos prioritários e mobilizar consumidor da marca Natura.	A estratégia de temas prioritários, organizada por três causas: Amazônia Viva, Cada Pessoa Importa e Mais Beleza, Menos Lixo, é uma nova forma de mobilizar e engajar a sociedade, iniciada em 2020.	12	100%
Aumentar significativamente a renda média das consultoras (Natura Brasil).	Evolução da metodologia de apuração da receita da consultora; avaliação da renda digna (<i>living income</i>) da consultora; segmentação do canal que auxiliou na avaliação e definição de ações e planos de alavancagem da remuneração.	1, 5, 8, 10	50%
Oferecer ações de educação.	Programas educacionais para consultoras orientados pelo IDH-Consultora.	4, 5, 8	100%

Criar indicador de desenvolvimento humano para a consultora.	O IDH foi a estratégia adotada e está implantado no Brasil e América Hispânica.	5, 8	100%
Ampliar a rede de colaboração para ações de empreendedorismo socioambiental.	R\$ 2,5 milhões investidos em sete edições do Programa Acolher, de empreendedorismo social.	4, 5, 8	100%
50% de mulheres em cargos de liderança (diretoria e acima).	Foram atingidos 51%. Resultado alcançado em Natura e Natura &Co América Latina.	5, 10	100%
8% de pessoas com deficiência no quadro de colaboradores (Natura Brasil).	Foram atingidos 7,3%.	8, 10	91%
Estratégia para alavancar o potencial de realização dos colaboradores via engajamento à cultura da Natura.	O plano de engajamento dos colaboradores para a cultura da Natura foi revisado em 2018, com uma nova prioridade de mobilização alinhada com as causas e compromissos Natura.	4, 12, 16	100%
Evoluir indicadores de desenvolvimento humano e social de comunidades.	Índice de Progresso Social (IPS) validado como método de mensuração do desenvolvimento de territórios e plano de implantação aprovado para outros territórios estratégicos.	8, 10, 16	100%
Estratégia para os territórios da Pan-Amazônia e do entorno das principais operações (Natura Brasil).	Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial da Amazônia desde 2014. Como resultado da revisão da estratégia 2020 para mais territórios, a aliança “Nós da Floresta” foi lançada como modelo de operação. Plano restabelecido para	8, 10, 15	100%

	o entorno, priorizado, implantado e revisado para Benevides (PA).		
Ampliar integração dos parâmetros socioambientais na seleção e gestão de fornecedores.	Foi alcançado a certificação UEBT para a cadeia de matérias-primas vegetais e críticas (primeiro elo da cadeia de valor), mas não foi implementado o programa de rastreabilidade completo para os demais elos.	8, 12, 16	50%
Implementar valoração das externalidades socioambientais da cadeia de valor.	Transparência e origem dos produtos.	6, 12, 13, 15	100%
Implantar Conselho Consultivo com especialistas para avaliar pro- gresso e evoluir a estratégia.	Temas materiais priorizados pela agenda de advocacy com o governo, organizações da sociedade civil e os planos estratégicos das nossas causas.	16, 17	100%
Modelo de governança com engajamento externo para evolução da gestão e estratégia de sustentabilidade.	O plano de engajamento e mobilização dos colaboradores para as nossas causas também tem como foco o consumidor final.	12, 16	100%
Total transparência em informações dos produtos e da evolução da Visão 2050.	Divulgações de impacto positivo em compras on-line e comunicações externas. Índice de Visão também lançado em 2018 e divulgado nos Relatórios Anuais.	12	75%
Implantar Conselho Consultivo com especialistas para avaliar pro- gresso e evoluir a estratégia.	Nova proposta construída a partir da estratégia de Causas: comitês técnicos externos realizados por meio da construção da Teoria da Mudança de cada Causa (metodologia).	12, 16	100%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O índice de alcance total das Ambições 2020 foi de 83%. Embora se almejasse o alcance integral dos compromissos, observa-se uma grande mobilização nesse período de seis anos, envolvendo desafios importantes de negócio e simultaneamente avançando em temáticas estratégicas a fim de desenvolver e transformar a Natura em empresa fomentadora de impacto positivo (Ibid.).

Na análise do Relatório Anual, observamos adesão ao compromisso com a transparência e o equilíbrio, no qual foram estabelecidos critérios claros para definir o nível de alcance nas metas que não eram mensuráveis. Sobre isso, foi estabelecido que qualquer iniciativa qualitativa em que o alcance foi inferior a 75% passou a ser considerada como meta não-alcançada.

Destaca-se que foi observado que o documento disponibilizado pela empresa adota em sua maioria os ODS, informando a ambição a ser alcançada, as evoluções atingidas, os ODS abordados e o índice de alcance. Todavia, evidencia-se que o primeiro ciclo de ambições da *Visão de Sustentabilidade 2050* não adotou a totalidade dos ODS, pois no conteúdo propagado há somente alguns ODS em evidência.

Nota-se também que, mesmo não alcançando o nível máximo das ambições há uma consistência nas divulgações dos aspectos avaliados por parte da empresa. A Natura demonstrou em seu relatório um padrão ao evidenciar as informações que concernem aos índices dos ODS. Em cada ambição a ser alcançada os índices são evidenciados de forma objetiva, mesmo que não se tenha obtido alcance total. O relatório em geral manifestou muitas informações por meio de textos, destacando valores da corporação significativos e aplicando-os em alguns quadros. Os dados são em maioria expostos em forma de textos e são acompanhados por quadros.

Além dos aspectos ambientais identificados no relatório anual da Natura, pode-se pontuar alguns reconhecimentos e índices de mercado que foram desenvolvidos pela mesma. A empresa do setor de produtos pessoais na América Latina a integrar pelo sétimo ano consecutivo o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) para mercados emergentes; está presente pelo 16º ano no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo); faz parte desde o ano de 2010 do Índice Carbono Eficiente (ICO2), da B3; está presente no CDP (*Carbon Disclosure Project*) pelo 11º ano, com nota geral B; e figurou pelo segundo ano consecutivo como A no índice de Engajamento com Fornecedores do CDP (*SER-Supplier Engagement Rating*) (RELATÓRIO ANUAL NATURA, 2020).

Através do estudo do conteúdo divulgado no relatório anual da Natura, é possível perceber a autenticidade da empresa no que tange à divulgação de informações e aspectos de sustentabilidade na sua instituição. Esses percepção justifica o perfil sustentável que é concedido à Natura. A mesma

é nacionalmente conhecida como uma empresa em prol da sustentabilidade e evidenciou, por meio de seu Relatório Anual, o comprometimento com as causas socioambientais no Brasil.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o nível de comprometimento da empresa Natura com os ODS da ONU de acordo com o Relatório Anual de 2020. A partir da análise do relatório, foi desenvolvida a análise qualitativa acerca do conteúdo divulgado com base pela empresa. Consideramos que a Natura demonstra um alto grau de aderência na divulgação de aspectos socioambientais orientados pelos ODS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo examinar o nível de sustentabilidade da empresa Natura tendo como referência os ODS da ONU. A partir da análise do Relatório Anual da Natura referente ao ano 2020, entrevistas, documentos, dados da empresa, trabalhos científicos e materiais de marketing, desenvolvemos a análise qualitativa acerca do conteúdo divulgado pela empresa.

Para alcançar os objetivos do trabalho evidenciados na introdução e examinar a hipótese existente foram desenvolvidos três capítulos. O objetivo geral foi evidenciar a influência dos ODS nas políticas sustentáveis da empresa brasileira Natura e como a emergência da temática ambiental nas relações internacionais influencia na modificação da conduta de corporações empresariais, que é ressaltado no segundo capítulo. A emergência da temática ambiental frente as relações internacionais e a Teoria Verde como abordagem construtivista das Relações Internacionais é apresentado no segundo capítulo, tratando da base teórica e conceitual, e sendo suporte para as demais seções. Dessa forma se torna possível compreender a importância desse tema nas relações internacionais. O terceiro capítulo atinge o estudo de caso da Empresa Natura, em que se analisa o fluxo sustentável em suas atividades diante dos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), além da caracterização da empresa como uma proeminente participante do mercado em políticas de negócio pautadas na responsabilidade ambiental.

A partir desse estudo pode-se verificar o alto nível de detalhamento no conteúdo exposto do relatório analisado. Fica evidente que, para causar mudanças na conjuntura socioambiental atual, a forma da empresa Natura atuar envolve desenvolvimento de projetos e programas ligados ao seu modelo de negócios que tem por propósito gerar inovação e particularidade nos produtos e serviços. Mobilizando engajamento e capacitação do seu público para estimular movimentos mais amplos da sociedade, e promovendo pautas relacionadas às ações estruturantes que asseguram seus compromissos para além do negócio junto de organizações civis e o poder público.

O cenário internacional e as constantes mudanças econômicas não são favoráveis ao Meio Ambiente. Todavia, iniciativas empresariais comprometidas com ações transformativas nos cotidianos de suas operações e estratégias a fim de colaborar para o alcance dos ODS apontam que é possível aderir a um modelo de gestão socioambiental responsável, que agrega uma ética de sustentabilidade a práticas corporativas, gerando uma imagem empresarial responsável para a sociedade. Através do estudo de caso, se torna evidente a relevância que práticas sustentáveis têm nas organizações. Tais práticas resultam em investimento, desempenho financeiro, maior fatia de mercado, influência para a inovação, desenvolvimento na gestão e nos processos organizacionais e reforço a imagem da organização diante dos consumidores e da população em geral.

Os resultados encontrados a partir dessa pesquisa qualitativa permitiram constatar que a Natura está alinhada com os desafios da sociedade e considera em suas ações empresariais os ODS. Logo, a hipótese que a Natura usa ODS pra sustentar suas políticas corporativas com o com intuito de seguir esse mantra sustentável e agir cada vez mais no intuito de minimizar os danos ao Meio Ambiente se mostrou acurada, nos termos do Relatório Anual 2020.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas. NBR ISO 26000:2010, Diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro, ABNT, 2010;

ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. Lua Nova, São Paulo, n. 47, p. 201-246, Aug. 1999;

AGENDA 2030. Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030. 2018. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>> Acesso em: 18.mar.2021;

ALESSIO, Rosemeri. Responsabilidade Social das Empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos? Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004;

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002;

ANDRADE, J. C. S. Participação do setor privado na governança ambiental global: evolução, contribuições e obstáculos. Contexto Internacional, v. 31, n. 2, p.215-250, 2009;

Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro: Administração para um Desenvolvimento Sustentável, FGV, dez, 2004;

BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2007;

BARBOSA, Vanessa. O que fazem as 30 empresas mais sustentáveis do mundo. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/conheca-30-empresasmodelo-em-sustentabilidade-no-mundo>>. Acesso em: 06 de out. de 2020;

BARROS-PLATIAU, A. F.; VARELLA, M. D.; SCHLEICHER, R. T. “Meio Ambiente e relações internacionais: Perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate”. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 47, n. 2, 2004;

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2004, vol.47, n.2, pp. 100-130;

BBC NEWS. A história e as estratégias da Natura, empresa brasileira que comprou a Avon. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48388022>. Acesso em: 12 de out. 2021;

BORGES JUNIOR, D. M. Relatório de Sustentabilidade e Desempenho das Firms Brasileiras de Capital Aberto. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 18, n. nd, p. 1-13, 2019;

BRASIL, 2018. Plataforma digital Agenda 2030. Disponível: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/> Acesso em: 23.ago.2021;

Barry, J. (2001), 'Green Political Theory', in Barry, J. and Frankland, E.G. (eds) (2001), *International Encyclopedia of Environmental Politics* (London: Routledge);

Barry, J. and Dobson, A. (2003), 'Green Political Theory: A Report', in Kukathas, C. & Gaus, G. (eds), (2003); *Handbook of Political Theory* (London: Sage);

Barry, J. and Eckersley, R. (2005), *The State and the Global Ecological Crisis*, (Boston: MIT Press);
CAMELO, Gustavo Rossa. Consumo sustentável: o consumo e o futuro da Terra. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/consumo-sustentavel-o-consumismo-e-o-futuro-da-terra/564/>. Acessado em: 24.ago.2021;

CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M.A.S.; ROSSETTO, A.M.; COELHO, A.L.A.L.;

CARRIERI, Alexandre de Pádua. O meio ambiente: discurso consistente ou prática vazia? Uma reflexão sobre os discursos ambientais, a teoria organizacional e o caso brasileiro. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 2003;

DALFOVO, M.S. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gestão & Produção*, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.
Dias, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. (2ª ed.) São Paulo: Atlas;

ECKERSLEY, R. (1992) Environmentalism and Political Theory: Towards an Ecocentric Approach. Nova Iorque: State University of New York Press;

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. California Management Review, Califórnia, n. 2, p. 90-100, 1994;

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Diretrizes para Relato de Sustentabilidade. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/acessar/>>. Acesso em: 24.set.2021;

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. GRI Standards by language. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/download-the-standards/>. Acesso em: 24.set.2021;

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Get started with reporting. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/get-started-with-reporting/>. Acesso em: 24.set.2021;

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Welcome to GRI. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/reporting/latest-guidelines/g4>. Acesso em: 24.set.2021;

GLOBAL, Pacto. Pacto Global Rede Brasil. Pacto Global. 2018. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/>> Acesso em: 15.nov.2021;

GRI. About GRI. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em: 12 de out. 2021;

GRI; WBCSD. (2015). Guia dos ODS para as Empresas. Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. Disponível em: <https://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>. Acessado em: 30. out. 2020;

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, N. et al (org.). O Desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001;

Gayil Talshir. In M. L. J. Wissenburg & Yoram Levy (eds.), Liberal Democracy and Environmentalism: The End of Environmentalism? Routledge (2004);

HERZ, Mônica; e HOFFMAN, A.R. Organizações Internacionais: histórias e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004;

Hernandez, A. C. & Rabinovici, A. (2015). Influência das ações socioambientais da empresa Natura sobre suas consultoras em Sorocaba (SP). *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 10(2), 36-57;

IBREI. Pacto Global (2017). Disponível em: <https://www.ibrei.org/pactoglobal>. Acesso em: 01.nov.2021;

IVANOVA, Maria. Assessing UNEP as Anchor Institution for the Global Environment: Lessons for the UNEO Debate. New Haven: Yale Center for Environmental Law & Policy, 2005;

JACKSON, R.; SORENSEN, G. Introduction to international relations: theories and approaches. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013;

JACKSON, R.H; e SORENSEN, G. Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007;

JONES JR, J.; LACERDA, P.S.B.; SILVA, F.M. Desenvolvimento sustentável e química verde. *Quim Nova*, v. 28, nº1, 103.110, 2005;

Jones, P., Wynn, M., Hillier, D., & Comfort, D. (2017). The sustainable development goals and information and communication technologies. *Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management*, 1(1), 1-15;

KASSAI, J. R. et al (2013). Balanço das Nações: uma reflexão sob o cenário das mudanças climáticas. FIPECAFI;

LE PRESTRE, P. Ecopolítica internacional. São Paulo: Senac, 2000;

LE PRESTRE, P. G. Ecopolítica internacional. 2 ed. São Paulo: Senac-SP, 2005;

LE PRESTRE, P. G. Ecopolítica internacional. São Paulo: Senac-SP, 2000;

Lara, L. G. A., & Oliveira, S. A. (2017). A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(2);

MACHADO, V. F. A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 2005;

MACHADO, Vilma de Fátima. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de estocolmo à Rio-92. 2005. 327 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2005;

MANO, C.; COSTA, M. Um Ano para Ficar na História. *Revista Exame*, São Paulo, 9 de set. de 2009;

MARCONDES, A.W. A Trilha da Sustentabilidade. *Revista Ensino Superior*, São Paulo, nº108, p 48 e 49, Ano 9;

MATTOS, B. et. al. 2011. A Evidenciação Voluntária do Capital Intelectual de Natureza Social e Ambiental da Empresa Natura Cosméticos S.A. no Período de 2003 a 2008;

MESSARI, Nizar e NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005;

MILANI, C.O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008;

MNE. Ministério dos Negócios Estrangeiros (2017). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em 10.out.2020;

Mindt, L., & Rieckmann, M. (2017). Desarrollo de las competencias para el emprendimiento orientado a la sostenibilidad en la educación superior: una revisión bibliográfica de los métodos de enseñanza y aprendizaje. *Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria*, 29(1);

NATURA. A empresa. Disponível em: <<http://scf.natura.net/SobreANatura/>>. Acesso em: 05. out. 2021;

NATURA. Natura Ekos. A única marca brasileira a conquistar o selo UEBT - 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uaKJLFZdVJs>. Acesso em: 05. out. 2021;

NATURA. Relatório anual Natura 2020. Disponível em: <https://static.rede.natura.net/html/sitecf/br/05_2021/relatorio_anual/Relatorio_Anual_Natura_GRI_2020.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020;

OLIVEIRA J. A. P. de. et al. A implementação do pacto global pelas empresas do Paraná. Revista de Gestão Social Ambiental, v. 2, n. 3, p. 92-110, set./dez. 2008;

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2017. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br>>. Acesso em 01.out.2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br>>. Acesso em 01.nov.2021;

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br>>. Acesso em: 01.nov.2021;

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 15.ago.2021;

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>> Acesso em 01.nov.2021;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. 17 Motivos para transformar nosso mundo. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 24 out. 2021;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas, 1945. Conheça as Nações Unidas; Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 24 out. 2021;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, atualizado em junho de 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bctrNH>>. Acesso em: 11 nov. 2021;

PACTO GLOBAL Rede Brasil. A INICIATIVA. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 14 de out. 2021;

PACTO GLOBAL. 2018. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/>>. Acesso em 01.nov.2021;

PACTO GLOBAL. Os 10 Princípios. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em: 14 de out. 2021;

PACTO GLOBAL. Prêmio ODS. Disponível em: <https://pactoglobal.org.br/premio-ods>. Acesso em: 14 de out. 2021;

PASSETTI, Edson (2013). Natureza, pensamento e política. Revista Ecopolítica, São Paulo, n. 7, set-dez, 2013;

PAÇO, A. M. F.; RAPOSO, M., L. B. Green consumer market segmentation: empirical findings from Portugal. *International Journal of Consumer Studies*, v. 34, p. 439-436, 2010;

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. Marketing e Meio Ambiente: uma revisão crítica sobre os principais conceitos. Anais do 1º Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro: Administração para um Desenvolvimento Sustentável, FGV, dez, 2004;

PIRES, F. M.; FISCHER, A. L. Integração entre gestão de pessoas e estratégia de sustentabilidade: o caso Natura. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 8, n. 1, 2014;

PORTILHO, Fátima. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. *Cadernos Ebape. br*, v. 3, n. 3, p. 01- 12, 2005;

PRICE, J. M.; SUN, W. Doing good and doing bad: the impact of corporate social responsibility and irresponsibility on firm performance. *Journal of Business Research*, [s.l.], v. 80, p.82-97, nov. 2017;

REUS-SMIT, C. Constructivism. In: BURCHILL, Scott; et al. Theories of international relations. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005;

RICARDO, V. S.; BARCELLOS, S. S.; BORTOLON, P. M. Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado das empresas listadas na BM&FBovespa: Fatores determinantes de divulgação. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 11, n. 1, p. 90, 2017;

RIES, A.; TROUT, J. (2002): Posicionamento: a batalha por sua mente. 20a ed. São Paulo;

ROOME, N. Developing environmental management systems. Business Strategy and the Environment, 1992;

ROSA, F. S.; LUNKES, R. J.; SOLER, C. C.; FELIU, V. M.R. Estudo sobre o Global Report Initiative de empresas de energia elétrica dos Estados Unidos, do Brasil e da Espanha no período de 1999 a 2010. Revista Organizações em Contexto, v. 9, n. 17, p. 99-124, 2013;

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009;

SANTOS, P. M.A contribuição do modelo GRI para evolução do relato de sustentabilidade das organizações brasileiras: estudo de caso da Natura. In: Anais... VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2010;

SDG Compass. (2017, 3 10). The SDG Compass provides guidance for companies on how they can align their strategies as well as measure and manage their contribution to the realization of the SDGs. Retrieved from SDG compass: <http://sdgcompass.org/>. Acesso em: 30 de out. de 2020;

SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000;

SEITENFUS, Ricardo. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2ª edição, 2000;

SILVA, F. M.; LACERDA, P. S. B.; JONES JUNIOR, J., . Desenvolvimento sustentável e química verde. Química Nova, v. 28, n.1, p. 103-110. 2005;

Singh, G. G., Cisneros-Montemayor, A. M., Swartz, W., Cheung, W., Guy, J. A., Kenny, T. A., & Sumaila, R. (2018). A rapid assessment of co-benefits and trade-offs among Sustainable Development Goals. *Marine Policy*;

TAVARES, Mauro Calixta. *Gestão de Marcas: construindo marcas de valor*. Harbra, 2008;

United Nations. Sustainable Development Goals. 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment>>. Acesso em: 15.nov.2021;

Vilha, A. M., & Carvalho, R. Q. (2005). Desenvolvimento de novas competências e práticas de gestão da inovação voltadas para o desenvolvimento sustentável: estudo exploratório da Natura. *Cadernos EBAPE*, 3 (7), 1-15;

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGrawHill, 1979;

WENDT, Alexander E. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. *Internacional Organization*, Cambridge, v. 41, n. 3, 1987;

WENDT, Alexander. A anarquia é o que os Estados fazem dela: A construção social da política de poder. Traduzido por: ESTRADA, R.D. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2. n.3, jan./jun,2013;

WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics. In *International Organization*, v. 46, nº2, 1992;

YIN, R. *Estudo de caso: planejamentos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.